



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. AO Nº 13 QUINTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Vicentinho Alves - (PR-TO)  
**2º SECRETÁRIO**  
Zeze Perrella - (PDT-MG)

**3º SECRETÁRIO**  
Gladson Cameli - (PP-AC)  
**4º SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)  
**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)  
**3º** (Vago)  
**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</b></p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 18</b></p> <p><b>Líder do PSD - 4</b> <b>Omar Aziz</b> <sup>(12)</sup></p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão <sup>(13)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Alvaro Dias - PSDB</b> <sup>(21)</sup></p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Cássio Cunha Lima</b> <sup>(19)</sup></p> <p>Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer <sup>(23)</sup></p> <p><b>Líder do DEM - 5</b> <b>Ronaldo Caiado</b> <sup>(3)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Lídice da Mata - PSB</b> <sup>(15)</sup></p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira <sup>(14,16)</sup> José Medeiros <sup>(17,18)</sup> João Capiberibe <sup>(1,11)</sup></p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Benedito de Lira</b> <sup>(14,16)</sup></p> <p><b>Líder do PSB - 6</b> <b>João Capiberibe</b> <sup>(1,11)</sup></p> <p><b>Líder do PPS - 1</b> <b>José Medeiros</b> <sup>(17,18)</sup></p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Fernando Collor - PTB</b> <sup>(7,8)</sup></p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi <sup>(6)</sup> Eduardo Amorim <sup>(5)</sup> Marcelo Crivella <sup>(2,4)</sup></p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 3</b> <b>Fernando Collor</b> <sup>(7,8)</sup></p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Blairo Maggi</b> <sup>(6)</sup></p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> <sup>(5)</sup></p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> <sup>(2,4)</sup></p>	<p><b>PT - 14</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> <sup>(22)</sup></p>	<p><b>PDT - 6</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Acir Gurgacz - PDT</b> <sup>(10)</sup></p> <p>Vice-Líder Telmário Mota <sup>(9)</sup></p>
<p><b>PCdoB - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Vanessa Grazziotin - PCdoB</b> <sup>(20)</sup></p>	<p><b>PSOL - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - PSOL</b> <sup>(24)</sup></p>	

## EXPEDIENTE

<p><b>Ilana Trombka</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial</p>	<p><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Atas e Diários <b>Quésia de Farias Cunha</b> Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### **1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA**

#### 1.1 – ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

##### **1.1.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 4, 5, 6, 11 e 12 de fevereiro de 2014.....	4
Termo de Reunião nº 1, em 18 de fevereiro de 2014.....	44
Termo de Reunião nº 2, em 18 de fevereiro de 2014.....	45
Termo de Reunião nº 3, em 25 de fevereiro 2014.....	46
Termo de Reunião nº 4, em 26 de fevereiro de 2014.....	47
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de março de 2014.....	48
Ata da Reunião de instalação e eleição da Mesa Diretora, realizada em 25 de março de 2014.....	53
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º e 2 de abril de 2014.....	74
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2014.....	81
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de abril de 2014.....	101
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 e 23 de abril de 2014.....	102
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de abril de 2014.....	104
Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 29 de abril de 2014.....	105
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 e 7 de maio de 2014.....	162
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 e 14 de maio de 2014.....	164
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2014.....	179
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de maio de 2014.....	180
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2014.....	201
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 e 4 de junho de 2014.....	202
Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de junho de 2014.....	206
Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º e 2 de julho de 2014.....	209
Termo de Reunião nº 5, em 9 de julho de 2014.....	238
Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de julho de 2014.....	239
Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 e 6 de agosto de 2014.....	241
Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de setembro de 2014.....	266
Termo de Reunião nº 6, em 8 de outubro de 2014.....	269
Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de outubro de 2014.....	270
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 e 29 de outubro de 2014.....	271
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2014.....	278
Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 e 12 de novembro de 2014.....	280
Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 11 de novembro de 2014.....	313
Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de novembro de 2014.....	369
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 e 19 de novembro de 2014.....	380
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 e 25 de novembro de 2014.....	549
Ata da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 26 de novembro de 2014.....	656
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2014, 2 e 9 de dezembro de 2014.....	688
Ata da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 9 de dezembro de 2014.....	730
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014.....	792
Ata da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 18 de dezembro de 2014.....	898

---

































































































































































































**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Acho importante a gente sair daqui, hoje, com esta aprovação. O Relator foi bastante preciso. O Governo já está executando esta atividade. Portanto, sou favorável ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados. Aqueles que com ele concordarem permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contra do Deputado Felipe Maia.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que concordarem com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concluída a votação de matéria constante da pauta, encerro os trabalhos, antes convocando reunião extraordinária para o dia 15 de abril, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Está encerrada esta reunião.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente, só para registrar que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Lembro, mais uma vez — só um minutinho, querido Relator —, que a reunião no Colégio de Líderes será às 14 horas, na sala da Presidência, na terça-feira. Nós precisamos resolver o problema dos Relatores Setoriais, do Relator-Geral e do Relator da LDO.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente, só quero agradecer aos pares a votação.

Eu me comprometo com o Deputado Raimundo que farei o máximo, no próximo relatório, para incluir Caucaia, que também é meu Município de coração, e o Ceará como nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e todos os Deputados e Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Está encerrada a reunião.









































































































































































































## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Inclusive, os Senadores estavam dizendo que vamos ter sessão do Congresso daqui a pouco. Então, eu vou cancelar a reunião das 18 horas de hoje e também a convocação da de amanhã.

Convoco a próxima reunião para quarta-feira, dia 28 de maio, às 14h30min.

Está encerrada a presente reunião.









**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Não há quórum para deliberação na representação do Senado. Então, eu vou encerrar esta sessão e convocar outra para o dia 10, próxima terça-feira, às 14h30min.

Estão encerrados os trabalhos.





































































**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Declaro reiniciada a 13ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da respectiva pauta.

Como nós temos quórum para abrir, mas não temos quórum para votar e não houve acordo no Colégio de Líderes, encerro esta reunião e convoco outra para a primeira semana do mês de agosto.

















































**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Continuação em 06.08.2014.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Reabertura.

Declaro iniciada a 14ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da respectiva pauta.

Não havendo número ou não havendo presença, melhor dizendo, encerro a presente reunião e convoco a seguinte para o dia 2 de setembro de 2014, às 14h30min.

Obrigado.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Continuação em 02.09.2014, às 18h23min.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Declaro reiniciada a 15ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Em virtude da Ordem do Dia no Senado Federal, encerro a presente reunião e cancelo a reunião convocada para amanhã, dia 3 de setembro.

Está encerrada a presente reunião.

















**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Os da Bahia e os do resto do Brasil. *(Riso.)* Essa é boa!

Suspendo a sessão e convoco a sua reabertura para amanhã, às 12 horas.

*(A reunião é suspensa.)*

**Em 29/10/2014, a reunião foi encerrada de Ofício, não houve nota taquigráfica.**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****Em 05.11.2014.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Declaro iniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para a abertura da sessão, mas não há quórum para deliberação, nem no Senado Federal, nem na Câmara dos Deputados.

Antes de encerrar esta sessão, eu convoco reunião ordinária para terça-feira que vem, dia 11 de novembro, às 14h30min, no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Lembro ainda que audiência pública com a presença da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, foi convocada para o mesmo dia 11 de novembro, às 15 horas, com a finalidade de prestação de esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, que *“estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”* — Proposta Orçamentária para 2015.

Na oportunidade, a Ministra também atenderá ao Requerimento nº 4, de 2014, da CMO, de autoria do Deputado Ivan Valente, que *“requer a realização de Audiência Pública para debater o corte orçamentário no IBGE”*.

Declaro encerrada esta reunião.

Boa tarde!





































































































**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

princípio da prudência que recomenda estimar as receitas de forma mais conservadora e as despesas de forma mais realista.

E o Governo deixou de lado, de maneira implícita, no Orçamento do próximo exercício, a necessidade de um contingenciamento mais forte do que o atual propalado, principalmente na tentativa de cumprir o dever de casa após ter sido reprovado este ano.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa proposta que é remetida ao Congresso Nacional diz claramente:

*“Art. 3º A meta de superávit a que se refere o art. 2º poderá ser reduzida no montante das desonerações de tributos e dos gastos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária (...)”*

Sra. Ministra, gostaria de deixar uma pergunta a V.Exa.: qual é o superávit primário real? Eu gostaria de repetir a pergunta, Sra. Ministra: qual é o superávit primário real que o Governo se compromete a fazer, já que os abatimentos propostos superam a meta estabelecida? O sinalzinho de menos é o sinal de que houve, realmente, promovido pelo Ministério do Planejamento, um déficit primário, e não um superávit.

Então, essa é a questão que fica, Sr. Presidente, e que eu gostaria de deixar à Ministra Miriam Belchior, para que nós possamos ter o esclarecimento em relação a isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Cláudio Puty.

**O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY** - Sra. Ministra, seja bem-vinda! Sr. Presidente, boa tarde! Boa tarde à imprensa e a todos os nossos Parlamentares presentes, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas!

Eu saúdo a Ministra pela clareza com que apresentou os números, ao tratar da mudança da LDO de maneira objetiva.

A primeira questão é para que fazemos superávits primários, porque senão acabamos por tratá-lo como se fosse um valor em si mesmo. Superávits primários



















































































































































































































































































































































































































**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

não aceito do senhor, nem de ninguém, qualquer tipo de insinuação nessa linha. Lamento a sua posição. Esse não é o compromisso, não é o comportamento adequado para discutir essa matéria.

Querem discutir na bola? Nós discutimos na bola. Querem travar? Nós discutimos travando. Eu quero dizer o seguinte: eu tenho um limite na minha vida. O meu limite é dois palmo: se vierem com carinho, são mais dois palmos de carinho; se vierem com porrada, são mais dois palmos de porrada. V.Exa. escolha o tom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos embora.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Requerimento.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É uma questão de ordem. Sr. Presidente. Tenho uma questão de ordem. É o seguinte: o relatório é um e o discurso é outro. Eu quero dizer! Sr. Presidente, deixe eu dizer para V.Exa...

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Sr. Presidente, eu gostaria de responder o Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Aqui, olha. Ele está com uma questão de ordem. Qual é a sua questão de ordem, Deputado?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é sobre o que nós temos que ter aqui: transparência. O relatório não tem transparência. Qual é o valor? Qual é o valor do PAC, das desonerações? Qual é a meta do superávit, ou qual é o déficit? Eu não sei, eu não sei. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara. Não tem isso. Estão abandonando o que determina a lei.

**O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ** - Aqui diz o seguinte: "*Art. 1º. A lei passa a vigorar com as seguintes alterações: a meta de resultado a que se refere poderá ser reduzida até o montante das desonerações de tributos...*"

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Cheque em branco, cheque em branco.

**O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ** - "*A meta de resultado a que se refere o art. 2º poderá ser reduzida até o montante das desonerações de tributos e dos gastos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, com identificador de Resultado Primário previsto na alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º desta Lei.*"

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Qual é o valor?



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ** - Então, nós estamos definindo aqui o abatimento. O Governo não mandou uma proposta de mudança de meta de superávit. O Governo mandou uma proposta pedindo para abater duas questões. É só ler, é só ler.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Vai superar, vai superar. Vai ser déficit.

**O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ** - Ninguém sabe, ninguém sabe.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Pois é. Vai dar um cheque em branco?

**O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ** - Quando tiver, V.Exa. comenta.

**A SRA. DEPUTADA GLEISI HOFFMANN** - Sr. Presidente, isso é discussão de mérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos fazer o seguinte...

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos encaminhar aqui.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Sr. Presidente, deixa eu só responder o Relator.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, vamos iniciar o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Nós temos o requerimento para encaminhar, votamos e depois nós vamos... Está todo mundo inscrito. Vai ter tempo para todos nós discutirmos o relatório. Tudo bem? Vamos lá.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO** - Sr. Presidente, eu gostaria só de responder o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Solicito, com base no disposto no art. 128, da Resolução nº 1, de 2006, (*ininteligível*) dispensa do prazo regimental de dois dias úteis para a apreciação do relatório e apresentação do Projeto de Lei nº 36, de 2014.

O requerimento está em votação.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, antes de colocar em votação, V.Exa. tem que abrir o encaminhamento do requerimento e orientação das bancadas. E eu pediria a V.Exa., em nome do bom clima, que conceda a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro, até para que nós possamos concluir esta sessão hoje do mesmo jeito que a iniciamos, em um clima de harmonia e de respeito mútuo.

Então, vamos ouvir o Deputado Rodrigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Rodrigo, faça-me um favor, faça-me uma gentileza. Vamos fazer uma gentileza? É o seguinte: eu tenho aqui um































**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

E eu anuncio que não foi aceito o requerimento.

Está encerrada a presente sessão.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Parabéns, Presidente, parabéns!

























































































































































































































**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

comparecimento dos representantes do Fundo Nacional de Saúde e da Caixa Econômica Federal, o Presidente em exercício convidou novamente o Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, representante do TCU, que fez considerações sobre a recomendação de paralisação das obras de Construção do Complexo Materno em Teresina, Piauí. **ENCERRAMENTO:** Às 11h49, o Presidente em exercício, Senador Valdir Raupp, encerrou a reunião. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado DEVANIR RIBEIRO, Presidente.**xx

**Em 26.11.2014.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Devanir Ribeiro) - Declaro iniciada a 3ª Reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir os representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte — DNIT, do Ministério do Esporte, do Ministério das Cidades, do Fundo Nacional de Saúde — FNS e do Tribunal de Contas da União — TCU para discutir os indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IGP) apontados pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 2.981/2014-TCU-Plenário em obras e serviços de engenharia constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2015, por solicitação do Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, desta Comissão, para atendimento ao disposto no arts. 99 e 102 da Lei nº 12.919/2013 (LDO 2014).

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que os palestrantes disporão, cada um, de 15 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devam ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas, se for o caso, ponderado o disposto no art. 99 da Lei 12.919, de 2013 (LDO 2014).

Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas pelo mesmo prazo.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A lista de inscrição para os debates está aberta.

Informo que se encontra à Mesa o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, Coordenador do COI. Encontram-se presentes também os representantes do Tribunal de Contas, do Ministério do Esporte, do Ministério das Cidades, do DNIT, e do Fundo Nacional de Saúde.

Eu passo, então, a palavra ao nobre Senador de Rondônia.

Informo que receberei a Ministra Tereza Campello para tratar da questão da miséria, de acordo com a pauta, na Comissão de Legislação, aqui ao lado. Então, passo a palavra e a Presidência ao nobre Senador Valdir Raupp, para que possa conduzir os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Valdir Raupp) - Obrigado, Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Devanir Ribeiro.

Sras. e Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. convidados, esta audiência pública tem por finalidade debater as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União — TCU ao Congresso Nacional sobre as obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Tais informações visam subsidiar a elaboração do anexo com subsídios relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves da LOA 2015.

De acordo com o TCU, quatro obras estão classificadas com indícios de irregularidades graves, com recomendação de paralisação, ou seja, IGP, quais sejam: primeira, construção da Vila Olímpica em Parnaíba, Piauí, sob responsabilidade do Ministério do Esporte, irregularidade: ausência de estudo de viabilidade, percentual executado, 2%; segunda, implantação e pavimentação em trechos da BR-448, no Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade do DNIT, irregularidade: superfaturamento, percentual executado, 100%; terceira, controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, sob responsabilidade do Ministério das Cidades, irregularidade: projeto básico deficiente, percentual executado, zero; e a quarta, construção do Complexo Materno em Teresina, no Piauí, sob responsabilidade do Fundo Nacional de Saúde, irregularidade: sobrepreço, percentual executado, zero.

Cinco empreendimentos foram classificados com tendo indícios de irregularidades graves com recomendação de retenção parcial de valores, ou seja,



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

IGR. Eles não serão abordados na presente audiência pública por não estarem sujeitos a bloqueio de execução física, orçamentária e financeira.

IGR é o indício que permite a continuidade da obra, desde que haja autorização do contratado para a retenção de valores a serem pagos ou apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao Erário, até a decisão de mérito sobre o indício relatado.

Passemos agora às nossas observações sobre as obras de IGP.

No que diz respeito às obras de construção da Vila Olímpica em Parnaíba, no Piauí, o indício de irregularidade que ensejou a indicação de paralisação em 2014 foi apontado pelo TCU ainda em 2013. Trata-se da implantação do empreendimento sem a realização de estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira da obra. O COI, ao enfrentar a matéria no exercício financeiro anterior, decidiu por não propor a inclusão da aludida obra no Anexo VI da LOA 2014, uma vez que houve compromisso do Ministério do Esporte em não destinar recursos financeiros ao empreendimento até que o indício de irregularidade apontado fosse saneado.

Já neste ano de 2014, o TCU entendeu que o indício de irregularidade persistia, recomendando novamente sua classificação com o indicativo de paralisação (IGP).

No que diz respeito às obras de implantação e pavimentação da BR-448, no Rio Grande do Sul, o COI assim se manifestou em dezembro de 2013:

*“Independentemente do desfecho da análise da Corte de Cortes, a hipótese de paralisar a obra a poucos dias de sua conclusão não se mostra razoável sob nenhum aspecto, ao revés, seria contrária ao interesse público. Isso porque tal medida poderia impor ao Erário dano superior àquele ao qual procura evitar na medida em que impediria a entrada em operação da rodovia, frustrando os benefícios socioeconômicos esperados, além de colocar em risco serviços já executados que podem ficar comprometidos pela ausência de obras complementares, a exemplo das drenagens.”*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Feitas essas considerações, o COI propôs a não inclusão dos contratos no Anexo VI da LOA 2014, sem prejuízo da atuação do TCU na continuidade dos trabalhos de fiscalização.

Novamente em 2014, o TCU recomendou a classificação dos indícios de irregularidades com IGP, ainda que o empreendimento estivesse com 100% de execução física.

Cumpra destacar que essa medida não encontra amparo no disposto no art. 99 da Lei 12.919, que é a LDO 2014, uma vez que não há que se falar em paralisação de objeto já concluído. Essa obra está 100% concluída.

Ademais, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015 traz em sua proposta de Anexo VI a seguinte informação sobre as obras de implantação e pavimentação da BR-448, no Rio Grande do Sul:

*“A unidade técnica encaminhou, em 20/07/2014, proposta ao Relator no sentido de classificar o empreendimento de IG-P para IG-C, em face da conclusão da obra e dos Contratos 491, de 2009, e 492, de 2009, bem como do avançado estágio físico financeiro do Contrato 484, de 2009.”*

No tocante à construção do Complexo Materno em Teresina, no Piauí, o TCU recomendou a sua paralisação no ano de 2014 em função da existência do indício de irregularidade de sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado. Trata-se de edital de licitação destinado à contratação integrada de pessoa jurídica para a elaboração de projeto básico executivo e, ainda, à execução das obras de implantação, nos termos da legislação que rege o Regime Diferenciado de Contratações — RDC.

O TCU recomendou ainda a paralisação do contrato e do edital relativos às obras de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Tal indício de irregularidade diz respeito à celebração de contrato e publicação de edital de licitação com projeto básico deficiente ou desatualizado. Essa obra é de responsabilidade do Ministério das Cidades e ainda não teve sua execução física iniciada.





















































**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Agradeço o comparecimento aos representantes do Tribunal de Contas da União, do Ministério do Esporte, do Ministério das Cidades, do DNIT, bem como às Sras. e Srs. Parlamentares. Agradeço ao Dr. Diogo, à Dra. Socorro e, em nome deles, a toda a equipe técnica desta Comissão.

Muito obrigado a todos.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.





































































































































































































































































































































































































































































































SENADO FEDERAL  
Secretaria de Editoração e Publicações  
Coordenação de Edições Técnicas

# Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,  
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

**Conheça nossa livraria virtual, acesse:**  
**[www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)**

Edição de hoje: 930 páginas  
(O.S. 10269/2015)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

